

## **Associativismo, Mobilização Social e Comunidade: Um Estudo de Caso das Relações Associativas na Associação de Moradores de Palmeiras – AMOP em Mimoso Do Sul (ES)**

Alana Gomes Fernandes<sup>1</sup>; Maria Gabriela Scotto<sup>2</sup>

GT 3: Sociedade, ambiente e dinâmicas urbano regionais

### **Resumo**

Neste trabalho descreve-se o resultado de uma pesquisa que se desenvolveu no Espírito Santo, no município de Mimoso do Sul, cujo objeto foi uma análise sobre as relações associativas numa associação de moradores da área rural fundada na década de 90, quando ainda não havia incentivos estatais para a fundação de associações para acesso aos benefícios e recursos disponibilizados pelas políticas públicas. Foi realizado um trabalho de cunho essencialmente qualitativo baseado em entrevistas, observação participante e análise documental visando conhecer a história desta associação e identificar as características presentes desde sua fundação há 27 anos. É desenhado, assim, um trabalho que traz na sua característica empírica sua força de argumentação, o que possibilitou uma fecunda articulação com teorias sobre a “vida” e os processos associativos. Conclui-se que para analisar entender as transformações ocorridas na Comunidade de Palmeiras é fundamental olhar para os processos que promoveram o encontro da cultura “local” e das tradições comunitárias com as características necessárias para desenvolver um trabalho associativo.

Palavras – chave: Associativismo; Mobilização social; Comunidade de Palmeiras (ES)

---

<sup>1</sup> Aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/ UFF), vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF); E-mail: [alana.gomesfernandes@gmail.com](mailto:alana.gomesfernandes@gmail.com); Graduação em Serviço Social pela UFF Campos.

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia e professora adjunta do Dto. de Cs. Sociais da UFF Campos (COC/ESR/UFF). Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/ UFF) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF) e coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Poder, Imagens e Representações (GEPPIR/UFF/CNPq); E-mail: [mgscotto@id.uff.br](mailto:mgscotto@id.uff.br).

## Introdução

Partimos da premissa de que diante a ausência do poder público, considerado no seu papel de agente garantidor de direitos, surgem novas formas de sociabilidade, onde as pessoas se unem para conquistar espaço nas lutas por suas pautas e interesses. Vislumbra-se, nas últimas décadas, o surgimento de uma grande quantidade de associações que procuram trazer para si as responsabilidades de defesa dos interesses de seus associados, tornando-se uma estratégia para alcançar seus objetivos.

Desta forma, realiza-se uma aproximação com as discussões sobre a questão associativa para convergir no objeto de estudo deste trabalho: a Associação de Moradores de Palmeiras (AMOP), localizada no município Mimoso do Sul, no Espírito Santo.

Para o desenvolvimento deste trabalho buscou-se inspiração em propostas como as de Daniel Cefai (2011), quem recomenda uma “etnografia da vida associativa”. O autor afirma que para analisar e conhecer sobre as associações é necessária uma análise situacional e a realização de um estudo de caso, pois ao conhecer a vida cotidiana, os costumes, hábitos, as convenções do coletivo, os arranjos políticos dos atores e as suas limitações gerais, torna-se mais fácil e precisa a compreensão das escolhas e decisões tomadas por elas, do que generalizando as associações fazendo referências a uma “cultura” ou a uma tipologia a respeito das mesmas. Neste sentido, propõe para a análise sobre associações, uma perspectiva microsociológica e pragmatista, citando Isaac Joseph (2007), onde este afirma que “Tudo na realidade vai do micro ao macro e se declina em fenômenos infinitesimais” (ISAAC JOSEPH, 2007 *apud* CEFAl, 2011, p. 14).

A *análise situacional*, proposta por Cefai (2011) para o estudo da “vida associativa”, inspirada na Escola de Manchester (Max Gluckmann) e na Escola de Chicago (Eric Goffman), e o *estudo de caso* “são antídotos contra as facilidades da tipificação, que rapidamente se tornam estereótipos”. (CEFAl, 2011, p. 37). No entendimento do autor, muito além da definição jurídica, as associações são meios de sociabilidade e de socialização, estando além de elementos culturais situados na ação, no sentido e no momento, sendo verdadeiras incubadoras de relações sociais. São capazes de promover a transformação dos jogos de poder nos quais estão presas, contudo, são heterogêneas e constituídas por “contextos ambíguos”,

articulando-se numa dinâmica de cooperação e competição, no qual os atores reduzem suas diferenças, apaziguam litígios e disputas em vista da organização de suas experiências a atividades. Sendo assim, “As associações aparecem, então, como “organizações compósitas”, ordenadas ao redor de fórmulas de coordenação entre pessoas e coisas, repousando sobre compromissos em torno de convenções comuns” (CEFAI, 2011, p. 30).

Neste caminho, Cefai (2011) promove algumas reflexões apontando a necessidade de desconstruir crenças generalizantes sobre o associativismo. Elencando as utopias do comunitarismo, do republicanismo cívico e do capital social, da economia solidária e da democracia associativa, propõe pensar num contexto ambíguo e por vezes contraditório, onde se encontram as associações nas quais não se pode generalizar estas tipificações normalmente atribuídas a elas. Nestes termos, a cientista social Ligia Helena Hahn Luchmann aponta que se encontra associações cujos efeitos democráticos são distintos, destacando o trabalho de Warren (2011),

pois reconhecem que muitas associações não são boas para a democracia, como determinados grupos privados, grupos racistas, de ódio, e muitos grupos de interesses poderosos que fazem jus às suspeitas de fascismo levantadas por Madison e Rousseau em suas preocupações com o ideal do bem comum (WARREN, 2011 *apud* LUCHMANN, 2014, p. 160).

Nas preocupações com a pesquisa, Cefai (2011) propõe examinar o processo de configuração das arenas públicas, antes de pensar nas associações como uma “microcomunidade”, portadora de identidade e cultura próprias.

No lugar das análises que começam em termos de “tradição” comum ou da “cultura” partilhada, uma abordagem em termos de arenas públicas desenvolve uma perspectiva pragmatista, para compreender como se configuram associações. Ou seja: uma focalização sobre os sentidos em construção nas *situações de ação e de interação*, mais do que nas representações coletivas suspensas no ar; uma atenção a situações analisadas como *processos tendo sua dinâmica própria*, mais do que como estruturas objetivas cujas situações seriam sua sombra; uma percepção das *marginas de manobra e de arranjo dos constrangimentos ecológicos das situações*, mas do que a insistência nas formas de determinação e de reprodução das situações (CEFAI, 2011, p. 38).

Por sua vez, Luchmann (2014), em seu estudo de abordagens teóricas sobre o associativismo, partilha da compreensão de Cefai (2011) quando afirma que

...os avanços na construção dos marcos analíticos que permitam capturar a pluralidade do fenômeno associativo implicam identificar as ambiguidades e os limites desse campo de ação social, suas desigualdades de poder e de recursos e as influências dos respectivos contextos e das relações que estabelecem com outros atores e instituições políticas, econômicas e sociais (LUCHMANN, 2014, p. 161).

No entanto, Luchmann (2014) traz a proposta de um estudo teórico sobre os conceitos que cercam a vida associativa em seu artigo, realizando uma análise dos efeitos democráticos promovidos por ela. Este ponto de vista mostra-se diferente do apresentado por Cefai (2011), que, como mencionado, propõe que as análises sobre associativismo, que pretendam compreender de fato a realidade associativa, devem originar-se da pesquisa empírica, tendo em vista os contextos plurais e, por vezes, contraditórios, da vida associativa.

Diante destas análises, o objetivo deste trabalho consiste na apresentação de alguns dos resultados do estudo de caso sobre a Associação de Moradores de Palmeiras (AMOP). Por meio de uma abordagem metodológica de cunho essencialmente qualitativa, realizou-se uma análise capaz de dar conta da compreensão dos elementos, processos ou fatores que contribuem para a **vida associativa**. Compreende-se, de acordo com Cefai (2011) que, “somente uma abordagem qualitativa que alie observação direta, entrevista não dirigida e análise documental permite compreender como micropúblicos emergem e encontram lugar em conflitos urbanos” (CEFAI, 2011, p. 100).

## **História da mobilização social da Comunidade de Palmeiras**

Fatos importantes que ajudam a compreender a formação da AMOP têm suas origens nas práticas sociais desenvolvidas pelos moradores da comunidade, décadas antes da constituição desta Associação. Sendo uma comunidade formada por poucas famílias, todas com características semelhantes, sendo pequenos produtores rurais, produtores especialmente de café conilon há muitas décadas, alguns trabalhando em regime de meação<sup>3</sup> em outras propriedades, todos católicos

---

<sup>3</sup> Diz-se do agricultor que trabalha em terras que pertencem a outra pessoa. Em geral o **meeiro** ocupa-se de todo o trabalho, e reparte com o dono da terra o resultado da produção. O dono da terra fornece o terreno, a casa e, às vezes, um pequeno lote para o cultivo particular do agricultor e de sua família. Fornece, ainda, equipamento agrícola e animais para ajudar no trabalho. Adubos, inseticidas e adiantamentos em dinheiro podem ocasionalmente ser fornecidos pelo dono da

praticantes, amantes de futebol. Estas, dentre outras semelhanças, tornaram possível a ocorrência de um processo de socialização, que pode ser visto como origem do processo que constituiria a AMOP tempos depois.

Relata Júlio Martins, associado e primeiro presidente da AMOP, que tanto o time de futebol existente na comunidade de Palmeiras quanto as reuniões religiosas feitas pelos moradores em suas casas e na igreja e o engajamento e organização da Comunidade Eclesial de Base de Palmeiras, contribuíram para o processo de organização desta comunidade. Lembra que sempre após os jogos e após as rezas, os moradores conversavam, confraternizavam e podiam ali, nas trocas, perceberem seus problemas comuns e dialogarem na busca por soluções. Estes espaços de sociabilidade foram importantes para fortalecer vínculos identitários que são fundamentais nos processos de engajamento associativo. Neste sentido, Cefai (2011) colabora com a análise ao afirmar que

A associação encarna o processo de formulação de referências identitárias, canaliza a energia da rejeição e converte-a em protesto, e ainda contribui com a produção de repertórios de argumentação e de motivação (CEFAI, 2011, p. 84).

Contribui também com esta análise de Júlio Martins, a referência que a cientista social Lígia Helena Hann Luchmann faz a citação de Robert Putnam (1995), em seu artigo “Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos”, quando este afirma:

Comparecimento às urnas, leitura de jornais, participação em corais e clubes de futebol – estas foram as marcas de uma região bem sucedida. De fato, a análise histórica sugere que essas redes de reciprocidade organizada e de solidariedade cívica, longe de serem um epifenômeno da modernização socioeconômica, foram uma pré-condição para ela – “capital social” refere-se a características de organização social como redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo (PUTNAM, 1995 *apud* LUCHMANN, 2014, p. 163).

Percebe-se, assim, um grupo social rico em vínculos de proximidade, que pode ser caracterizado como uma comunidade com forte “capital social”, no sentido descrito por Beaudoin (2011), ou seja, uma comunidade com existência de redes de conexões essenciais para o desenvolvimento de práticas e comportamentos que transcendem a dimensão individual (BEAUDOIN, 2011 *apud* LUCHMANN, 2014).

Neste sentido, Sena (2014), em sua pesquisa sobre a “Contribuição das Análises das Redes Sociais: Contextualizando o Papel Social dos Atores

Estratégicos”, onde utiliza-se do estudo sobre a AMOP, colabora no sentido de afirmar que “sobre o potencial das conexões estabelecidas e recursos dos atores, ressalta-se que, neste trabalho, eles se alinham com os atributos vinculados ao conceito de capital social defendido por Bourdieu” (SENA, 2014, p. 17).

Bourdieu (2007) conceitua o capital social como um

(...) conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações úteis e permanentes (BOURDIEU, 2007, p.67).

Júlio Martins relembra que, em 1990, o padre em exercício na Paróquia de Mimoso do Sul, Pe. Eric, o convidou para participar de um curso que a igreja daria na cidade de Jerônimo Monteiro sobre “lideranças”, e que ele aceitou o convite e realizou o curso oferecido. Ao retornar do curso, conta que decidiu que deveria conhecer melhor a sua comunidade. Então, elaborou um questionário e ao chegar do trabalho, foi de casa em casa, a cavalo, para conversar com os moradores. Neste questionário, ele perguntou o número de pessoas das famílias, crianças, quais os problemas pelos quais as famílias passavam etc., e relata que percebeu que os problemas das famílias eram muito parecidos, os quais eram os seguintes: analfabetismo, alcoolismo, fumantes, crianças desnutridas, crianças com giárdia, baixa produtividade das lavouras, entre outros.

Relata Júlio Martins que, em uma das últimas visitas que realizou, no ponto mais alto da comunidade, viu alguns homens desconhecidos numa propriedade e resolveu ir até eles apresentando-se e falando sobre o trabalho que estava realizando para conhecer os moradores da região. Para sua surpresa, aqueles homens disseram para ele que estavam ali somente de passagem, que foram contratados para cortar as árvores da mata daquelas terras, cujo madeireiro havia comprado. A partir de então, começou a mobilização mais intensa realizada por aquela comunidade até então, que conseguiu conter o desmatamento e com isto perceber que com união e organização a comunidade poderia alcançar muitas outras melhorias.

## **A Associação dos Moradores de Palmeiras (AMOP): perfil**

A Comunidade de Palmeiras está localizada no distrito sede de Mimoso do Sul, cerca de 11 km do centro da cidade. Esta comunidade faz parte de uma área de proteção ambiental denominada Monumento Natural Estadual Serra das Torres, unidade de conservação estadual criada em 2010 pela Lei Estadual nº. 9.463, por abrigar elementos de valor histórico, cultural e antropológico de interesse estadual, bem como por conter um dos principais remanescentes florestais contínuos do sul do estado.

As belezas naturais, as montanhas e encostas, e as águas abundantes fazem parte desta comunidade rural que se integra a este ambiente, na medida em que busca constantemente sua preservação, assim como as demais comunidades que ocupam a área do Monumento Natural Serra das Torres. Segundo afirma a bióloga e pesquisadora Jane Oliveira,

...as pessoas que protegem a unidade de conservação são os moradores, as pessoas que moram aqui, são eles que cuidam dos riachos, que evitam jogar o agrotóxico próximo as nascentes, a pessoa que cerca a nascente para proteger (...) são os moradores que fazem o seu cultivo (...) mantendo a área verde intacta (JANE OLIVEIRA, entrevista em 25 de abril de 2018)<sup>4</sup>.

Esta é uma comunidade formada por pequenos agricultores familiares,<sup>5</sup> cujas propriedades têm em média a extensão territorial equivalente a um alqueire (cerca de 4,8 hectares), e por um grande proprietário que detêm a maior parte da área da comunidade, cerca de 80 alqueires.

De acordo com informações colhidas junto ao morador Júlio Martins, e fornecidas em relatório pelo Incaper<sup>6</sup>, então Emater na época de colheita de dados, existiam 44 famílias que residiam na região de Palmeiras. Nos anos 2000, não

---

<sup>4</sup> A bióloga Jane Oliveira pesquisa anfíbios e répteis existentes no Monumento Natural Serra das Torres. Fonte: Disponível em: <<http://www.pmav.es.gov.br/noticia/ler/250/monumento-nacional-serra-das-torres-e-local-de-materia-com-biologo-richard-rasmussen>> Acesso em 12 jul 2018.

<sup>5</sup> Segundo a Lei 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, consideram-se agricultores familiares aqueles que não detenham área maior do que quatro módulos fiscais; que utilizem predominantemente de mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; tenham renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio empreendimento; e dirijam o empreendimento com sua família. Fonte: Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/Not%C3%ADcia/agricultura-familiar-capixaba-garante-diversidade-emprego-e-renda-no-campo>> Acesso em 30 jul 2019. Vale ressaltar que, de acordo com o INCAPER, na região de Mimoso do Sul o módulo fiscal equivale a 30 hectares. Fonte: Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Caparao/Mimoso.pdf>> Acesso em 30 jul 2019.

<sup>6</sup> Relatório fornecido pelo INCAPER.

houve um censo parecido, contudo, os associados informam que atualmente permanecem 40 famílias moradoras na região. Destas famílias, 36 fazem parte da Associação de Moradores de Palmeiras no ano de 2019.

A produção de café é a principal fonte de renda das famílias dos pequenos agricultores que ali residem, mas a diversificação com a produção de banana, cacau, laranja, goiaba e produção artesanal de doces, pães e biscoitos também é parte da atividade econômica da região. O gado é a principal atividade exercida pelo proprietário da maior porção das terras daquela comunidade. Algumas famílias contam com renda em trabalhos extras, como professores e pedreiros, mas a maior parte concentra sua renda na produção desenvolvida em suas propriedades.

Uma característica importante dos moradores desta comunidade é a de que muitos são descendentes das mesmas famílias, havendo ali alguns sobrenomes que se repetem, pois receberam suas propriedades como herança de seus pais e ali permaneceram. Todos os moradores professam a fé católica e reúnem-se com frequência para as orações.

Após o processo de contenção do desmatamento esta comunidade resolve fundar a Associação de Moradores de Palmeiras em 1991, acreditando que poderia alcançar melhorias para toda a comunidade. Neste sentido, João Nunes<sup>7</sup>, técnico agrícola da EMATER, pessoa que foi um dos grandes apoiadores<sup>8</sup> da Associação, informa que na década de 90 não se ouvia falar em associação, que não havia na cidade de Mimoso nenhuma associação, sendo a AMOP a primeira associação civil da cidade.

Na AMOP podem associar-se os moradores da comunidade, sendo ou não os proprietários das terras. Na Ata nº. 06 da AMOP fica decidido que “um da família, ou o pai ou a mãe, fica sendo sócio e contribui financeiramente e os outros são dependentes, sendo que todos têm os mesmos direitos e deveres” (Ata nº. 06 de 25 de fevereiro de 1993).

A Ata da primeira assembleia da Associação de Palmeiras, datada de 20 de outubro de 1991, diz o seguinte:

---

<sup>7</sup> Nome fictício. João Nunes, técnico agrícola da EMATER na década de 90, que foi um dos grandes apoiadores desta Associação.

<sup>8</sup> A AMOP prestou uma homenagem a José Nunes em agradecimento pelo apoio a associação. Disponível em: < <http://www.mimosoinfoco.com.br/voce-in-foco/palmeiras-comunidade-sustentavel-presta-homenagem-ao-tecnico-do-incaper/> > Acesso em 31 jul 2019.

...os moradores da comunidade de Palmeiras se reuniram com o objetivo de encontrar soluções para problemas vários que ocorreram na comunidade.

A reunião foi coordenada pelo membro da comunidade, João Batista Machado, onde foi lançada a proposta de criar-se uma Associação comunitária, que segundo consta na ata “terá como função: a organização da comunidade, dar continuidade ao trabalho de fiscalização do desmatamento da mata nas cabeceiras das nascentes dentro da área da comunidade, e ter maior representatividade junto às autoridades municipais nas reivindicações para solução dos problemas” (Ata nº. 01 de 20 de outubro de 1991).

Verifica-se nos objetivos acima citados da Ata nº. 01, onde é decidida a fundação da Associação, seu caráter comunitário e político, configurando-a como intermediária entre os associados e os órgãos públicos que precisam ser acionados para as providências solicitadas pela Associação. Telles (1994), neste sentido, compreende que:

...é nessa mediação entre Estado e sociedade civil que é possível vislumbrar as possibilidades de realização do princípio republicano da separação entre o público e o privado, o princípio democrático do reconhecimento, representação e negociação de interesses plurais e o princípio igualitário da cidadania e da universalização dos direitos (TELLES, 1994, p. 50).

Esta mediação e a realização das arenas públicas são os espaços onde os interesses dos diversos agentes coletivos e do Estado são expostos e negociados, dos embates possibilitados pelos tensionamentos provocados pela ação da sociedade civil, organizada em suas reivindicações no Estado como

...uma sociedade na qual as relações sociais sejam mediadas pelo reconhecimento dos direitos e representação de interesses, tornando factível a construção de espaços públicos que confirmam legitimidade aos conflitos e nos quais a medida da igualdade e da justiça venha a ser objeto de debate e de uma permanente e sempre reaberta negociação” (TELLES, 1994, p. 48).

Telles (1994) colabora com a análise da capacidade que tem a sociedade civil organizada de “desprivatizar carências e necessidades, demandas e aspirações, ao projetá-las no cenário público” (TELLES, 1994, p. 48). Na leitura da Ata nº. 01 da Associação de Moradores de Palmeiras, pode-se notar que eles já pareciam ter alcançado esta percepção de que, com a constituição de uma associação formal, poderiam conseguir dar passos ainda maiores em direção aos seus objetivos, tendo maiores condições de articulação nas arenas públicas. Percebe-se, ainda, nesta primeira Ata da AMOP, que nela se segue uma tendência de articular uma associação na busca da tutela estatal, pois como afirmam Cefai et al (2011), “um grande número de associações é fundado para adquirir um status jurídico, de modo

a ser identificada na arena pública, e com isso poder participar de negociações, receber financiamentos ou estar implicada em processos” (CEFAI et al, 2011, p. 44).

De acordo com Cefai (2011), alguns antropólogos brasileiros, ao analisar a questão dos direitos civis serem vistos como benefícios concedidos pelo Estado ou seus intermediários aos cidadãos, passaram a observar que “tornou-se evidente que a cidadania nos moldes como ela foi forjada na constituição da República brasileira não pressupunha autonomia, mas uma tutela do Estado sobre os cidadãos”. Nestes termos, afirma ainda que o ideal associativista se encaixa com o da “cidadania tutelada” (CEFAI et al, 2011, p. 45-46).

A segunda assembleia da Associação de Moradores de Palmeiras foi realizada em 15 de novembro de 1991, quando foi aprovado o estatuto que regeria a Associação que estava sendo criada. De acordo com seu estatuto, os objetivos desta Associação são os seguintes:

Art. 3º - A Associação é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede em Palmeiras, e foro em Mimoso do Sul (ES), e tem por objetivos:

I – promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo;

II – proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes da região, através da integração de seus moradores;

III – proporcionar aos associados e seus dependentes, atividades econômicas, culturais e desportivas;

IV – promover atividades assistenciais, diretamente ou através de instituições filantrópicas e de assistência (Ata nº 02 de 15 de novembro de 1991).

A Associação de Moradores de Palmeiras passa a ser investida de missões do serviço público, pela própria comunidade que lhe deu vida. Passa a agir, assim, como uma espécie de “agência de desenvolvimento local”, catalogando os problemas da comunidade e agindo sobre eles na busca de solução. As reuniões da associação são realizadas sempre em círculo e todos tem que opinar sobre as questões de forma aberta, não havendo votação secreta. As decisões são tomadas mediante a decisão do voto da maioria dos associados.

## **27 anos de histórias**

Descreve-se a seguir uma narrativa dos fatos realizados por meio do trabalho da AMOP, que colaboram para que seus associados “sintam-se orgulhosos de fazerem parte da Associação” e, portanto, não se foca nos fracassos ou os conflitos que aconteceram no decorrer destes anos de trabalho associativo. Ao conseguir conter o desmatamento, os moradores perceberam que poderiam alcançar muitas outras vitórias se trabalhassem com união, relata Júlio Martins.

Neste movimento, os moradores da comunidade de Palmeiras, unidos em defesa do seu “lugar” e dos seus “pertencimentos”, encontraram o caminho do associativismo para dar voz as suas demandas. Desta forma, acabaram acompanhando uma tendência, citada por Cefai et al (2011) e outros autores, que “desde os anos 1970, o número de associações de proximidade que se impuseram como atores protagonistas na vida pública não para de aumentar” (CEFAI et al, 2011, p. 71).

A capacidade associativa para “desprivatizar” (de promover ações coletivas) as necessidades dos atores, no sentido exposto por Luchmann (2014, p. 165), “na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo” pode ser pensada como um dos motivos pelos quais a AMOP foi criada, conforme anteriormente explicitado. Júlio Martins foi eleito o primeiro presidente da Associação, tendo seu mandato reconduzido por outras duas vezes. Ele relembra que construiu a primeira fossa da comunidade com recursos próprios, em 1993. Segundo informa, sentia-se na obrigação de dar o exemplo e tomar a iniciativa de despoujar o córrego da comunidade. Em 1999, todos os demais associados já haviam construído as suas fossas, também com recursos próprios. Júlio Martins relata que após a construção das fossas, a comunidade percebeu a diminuição do acometimento de verminose, especialmente nas crianças. Esta foi, para ele, a primeira grande vitória após a fundação da Associação.

Em seguida, o foco da Associação, conforme os relatos, foi trabalhar para diminuir o analfabetismo e promover o aumento da escolaridade na comunidade. Também vendo a necessidade de dar o exemplo, Júlio Martins juntou-se com mais nove adultos, matricularam-se e retornaram aos estudos: “Com 20 anos, a Associação não tinha mais analfabetos”, declara Júlio Martins.

Com o apoio dos técnicos do Incaper realizaram-se diversas viagens técnicas levando os associados para conhecer lavouras de café produtivas e aprender o manejo das mesmas, além dos diversos cursos que realizaram na comunidade de

Palmeiras. Assim, os associados reformularam suas lavouras, investiram na diversificação da produção e passaram a trabalhar em regime de mutirão, sempre que necessário.

A produtividade das lavouras de café dos associados passou de 10 sacas por hectare para uma média de 70 sacas por hectare, em um período de 10 a 15 anos após a fundação da Associação, segundo informa o associado Ivan Tavares<sup>9</sup>, terceiro presidente da AMOP e atual vice-presidente. Isto significou uma importante mudança econômica para as famílias moradoras da comunidade. Com o apoio e orientação do Incaper, os associados investiram na diversificação da produção e puderam fazer parte do Programa Federal de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>10</sup>, que realiza a compra da produção de alimentos de agricultores familiares para distribuir entre escolas e entidades civis e públicas nos municípios onde acontece.

Os moradores construíram um Centro Comunitário na década de 80 e em 2015, com o apoio da Fundação Banco do Brasil, puderam reforma-lo e ampliar as instalações. Nele, há um espaço aberto onde acontecem as reuniões da associação e eventos de pequeno porte, um “Telecentro” com computadores ligados à rede mundial por meio de acesso à internet, cujos equipamentos a associação conseguiu graças a um projeto apresentado ao Ministério da Comunicação. O Centro Comunitário é um espaço utilizado por toda a comunidade de Palmeiras.

Nele também funciona a escola de ensino fundamental da comunidade, e vale registrar que é a única escola municipal de Mimoso do Sul com ar condicionado na sala, equipamento também conseguido no projeto do Telecentro em parceria com o Ministério das Comunicações. Há ainda um espaço para a administração da Associação e uma sala de estudos, cursos, treinamentos e amostragens.

Em 2005, indicada pela Cooperativa dos Cafeicultores do Sul do Estado do Espírito Santo (Cafesul)<sup>11</sup>, a Associação de Moradores de Palmeiras foi escolhida

---

<sup>9</sup> Nome fictício. Ivan Tavares foi o terceiro presidente da AMOP, tendo seu mandato reconduzido três vezes e atualmente ocupa o cargo de vice-presidente da AMOP. Foi nosso maior interlocutor durante todo o processo de pesquisa.

<sup>10</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em 31 jul 2019.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que a Cooperativa CAFESUL foi fundada em novembro de 1998 e que os associados de Palmeiras foram alguns dos primeiros cooperados, segundo informação dos associados de Palmeiras.

para receber um projeto piloto do Centro de Desenvolvimento Tecnológico do Café (CETCAF), uma Unidade Regional para Inovação Tecnológica e Capacitação de Cafeicultores de Café Conilon do Espírito Santo na produção de cafés especiais. A AMOP passa a receber então a Unidade Regional de Cafés Especiais (URCE), cujo objetivo seria fortalecer o agricultor da base familiar para atender as exigências do mercado por cafés de melhor qualidade.

Este projeto foi implementado em três comunidades nas regiões Sul, Centro e Norte do Espírito Santo. Segundo o relatório de avaliação de desempenho do projeto das URCE's, os objetivos almejados somente foram alcançados na Associação de Moradores de Palmeiras: "A adesão ao projeto somente foi plena na comunidade de Palmeiras em Mimoso do Sul dado as características da mesma no trabalho associativo"<sup>12</sup>.

Em 2008, também por intermédio da Cafesul, que conquistou a certificação internacional do Comércio Justo (*Fair Trade*)<sup>13</sup>, a AMOP observou uma valorização da produção de seu café, tendo facilitando a inserção dos seus produtos no mercado internacional e melhorado seus preços. Esta certificação é concedida a pequenos produtores, artesãos e agricultores familiares que seguem uma série de princípios, dentre eles, processos democráticos, condições justas de produção e trabalho, respeito ao meio ambiente, dentre outros que tornam a cooperativa detentora desta certificação e, por conseguinte, seus cooperados recebem os benefícios deste selo.

Em 2012 foi veiculada no Globo Rural uma reportagem sobre o processo vivenciado na Associação de Moradores de Palmeiras, uma iniciativa dos associados que escreveram sua história para a emissora Rede Globo tendo como resultado uma grande matéria jornalística, elaborada em duas partes e exibida no dia 22 de julho de 2012. Também no ano de 2012, conforme reportagem exibida em

---

<sup>12</sup> Relatório de Desempenho do Projeto de Instalação de Unidades Regionais para Inovação Tecnológica e Capacitação de Cafeicultores de Café Conilon do Espírito Santo na Produção de Cafés Especiais – URCE. Convênio FAPES/MCT/CETCAF – nº 01.124-00/2005. Disponível em: <<http://www.cetcaf.com.br/projeto%20urce%20final/projeto%20urce.htm>> Acesso em 15 jul 2018.

<sup>13</sup> No Brasil a discussão do comércio justo iniciou em 2001, quando diferentes organizações de produtores, entidades de assessoria, representantes governamentais organizaram-se formando a FACES do Brasil (Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário no Brasil). A articulação em torno do comércio justo, culminou na criação de um Sistema Público para o Comércio Justo. Atualmente o comércio justo é reconhecido no Brasil pelo Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS)<sup>1</sup>, por meio do decreto nº 7.358, de 17 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Fairtrade.pdf>> Acesso em 16 jul 2018.

08 de outubro de 2013 pela revista SAFRA ES<sup>14</sup>, foi concedida à Associação o prêmio Valores do Brasil, reconhecimento pela Fundação Banco do Brasil das ações realizadas até então. Segundo informa a reportagem, o Plano de Negócio DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) Cafeicultura de Palmeiras, relatava a experiência: “renovação da lavoura cafeeira, aumento de produção e produtividade, adoção de práticas conservacionistas, com implantação de fossas sépticas, despoluição de mananciais e diminuição do analfabetismo da comunidade. Houve também melhoria da qualidade do café, o que garantiu um sobre preço de aproximadamente 15%”. A Associação disputou com projetos de toda a região sudeste.

Também no ano de 2012 a AMOP conseguiu financiamento do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), via Banco do Brasil, tanto para reformas quanto para a construção de casas para a comunidade de Palmeiras, conforme conta na Ata nº. 80 da AMOP.

Em 2014, a Associação recebeu mais um prêmio pelo trabalho desenvolvido na comunidade pelo cuidado com o meio ambiente, o Prêmio Biguá de Sustentabilidade, da Rede Gazeta Sul. Nele a comunidade recebeu o primeiro lugar no quesito “Sociedade Civil” pelo trabalho de despoluição das águas da comunidade com a colocação das fossas biodigestoras. Em 2009, foram construídas 220 fossas biodigestoras com recursos provenientes de proposta apresentada pela Associação de Moradores de Palmeiras junto à Fundação Banco do Brasil, despoluindo 100% do córrego que corta a comunidade. Foram beneficiadas com este projeto, além da comunidade de Palmeiras, outras comunidades que fazem parte da micro bacia do Córrego Belo Monte, tais como as comunidades do Belo Monte e Vargem do Cipó. Vale registrar que estas não foram as primeiras fossas construídas em Palmeiras, conforme acima salientado, fato que, segundo o próprio idealizador, Júlio Martins, passou a ser considerado pelos moradores um marco na preocupação ambiental, que já fazia parte da comunidade. Já falávamos da necessidade de não jogar o esgoto no córrego, mas ninguém havia tomado a iniciativa de construir suas próprias fossas”. Assim, conforme informado, em 1999 todos os associados já haviam construído, com recursos próprios, suas fossas rudimentares, e que a Fundação Banco do Brasil pôde realizar plenamente o desejo da comunidade com o

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.safraes.com.br/site/conteudo.asp?codigo=96>> Acesso em 16 jul 2018.

fornecimento das fossas biodigestoras, trazendo melhores benefícios para o ambiente local, por sua maior eficiência no tratamento do esgoto, para atender a todos os moradores da comunidade.

Em 2015, a Associação de Moradores de Palmeiras foi incluída no “Relatório de Mercados Inclusivos” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pois, por ser apoiada pela Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, alcançou visibilidade para fazer parte da pesquisa para a elaboração do relatório. Segundo o próprio documento: “Até 2015, a Estratégia DRS do BB apoiava 1.483 Planos de Negócio em todo país”<sup>15</sup>. Destes, a AMOP foi escolhida, uma vez que, pelo trabalho desenvolvido, atenderam aos seguintes “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU): 1 – Erradicar a pobreza; 2 – Fome zero e agricultura sustentável; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; 10 – Redução das desigualdades; 12 – Consumo e produção responsáveis; e 17 – Parcerias e meios de implementação.

### **Outras atuações: a “espiral cívica”**

Parece ser possível afirmar que a Associação de Moradores de Palmeiras, desde sua criação, assumiu, como coletivo, um papel de protagonista e responsável pelo desenvolvimento da comunidade, incluindo o cuidado com a natureza e preservando sua característica de comunidade de pequenos agricultores familiares.

Segundo os relatos, foi pela participação atuante dos seus associados que a Associação passou a estar inserida nas políticas públicas municipais, fazendo parte do Conselho Municipal de Agricultura, tanto através dos associados, que ocupavam cargos de direção na Cooperativa Cafesul, quanto representando a própria Associação. Assim, a AMOP passa a ter cadeira no citado conselho, apoiando as causas que envolvam a agricultura familiar e as associações locais.

Na luta para manter as escolas de ensino fundamental da zona rural, entre 2017 e 2018, a Associação esteve atuante em um movimento de resistência

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.iniciativaincluir.org.br/Public/upload/ckfinder/files/Relat%C3%B3rio.pdf>> Acesso em 16 jul 2018.

municipal ao fechamento de oito escolas de ensino fundamental do campo<sup>16</sup>. Como resultado deste movimento, conseguiu-se reabrir quatro, das oito escolas que haviam sido fechadas. Além disto, a AMOP tem participação no desenvolvimento da Associação de Agricultores Familiares do município<sup>17</sup>, pois a incentiva e fortalece através não só da participação de alguns de seus membros, como também de mobilizações que realizam nas reuniões e em atos públicos, como no movimento acima citado para a reabertura das escolas da zona rural. Percebe-se, assim, que sua organização é geradora de outros movimentos que alteram a realidade de toda região e não só dos associados da Associação de Moradores de Palmeiras.

Neste sentido, diversos autores apontam que algumas das características possíveis de estarem presentes em uma associação seriam a forte solidariedade interna cimentada pelo engajamento voluntário. Porém, informam que o argumento mais difundido é o da “espiral cívica”.

O argumento mais difundido é o da “espiral cívica” – espiral virtuosa de proliferação de públicos associativos. Ao participarem de grupos cívicos, os indivíduos contribuiriam para a disseminação de conexões sociais, para a acumulação de capital social pelas dinâmicas de *bridging* (abertura e conexão sobre outros grupamentos associativos) e para o aumento da mistura social, ética e religiosa (em contato com indivíduos ou grupos segmentados). Frequentemente, seriam eles mesmos membros de diversas associações ou refundariam outras novas (...) (CEFAI et al, 2011, p. 20).

Sena (2014), em sua pesquisa sobre a análise de redes sociais para a gestão do desenvolvimento local, um estudo de caso realizado sobre as redes da AMOP, revela:

Além disso, a AMOP entende que deve ser provocadora e atuante junto aos órgãos públicos, a fim de contribuir com as discussões, implementações e controle social de políticas públicas, tanto as mais específicas (área rural) como as mais gerais, como educação e saúde, por exemplo (SENA, 2014, p. 80).

Em 2018, a AMOP recebeu do governo do estado do Espírito Santo o Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes, instituído pela Lei nº. 7.844 de 24 de agosto de 2004, conforme prevê seu Artigo 2º:

O Prêmio Dom Luiz Gonzaga Fernandes será concedido, 01 (uma) vez a cada ano, a uma pessoa, a um grupo de pessoas, a uma entidade ou a uma organização, governamental ou não governamental, nacional ou

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.mimosonews.com.br/acesso.php?pg=841&?ID=932de881c0a7d1>> Acesso em 01 ago 2018.

<sup>17</sup> A Associação de Agricultores Familiares de Mimoso do Sul tem entre seus associados alguns dos associados da AMOP. Dentre outras ações, eles vendem os produtos de suas hortas ou agroindústria numa feira semanal no centro da cidade de Mimoso do Sul.

estrangeira, que sem distinção de credo, gênero ou convicções, por suas ações ou ideias, contribuam ou tenham contribuído, de forma relevante para a construção de uma nova realidade social local, nacional, continental ou mundial, marcada pelo apelo e materialização da justiça, solidariedade, fraternidade, em harmonia com a natureza”<sup>18</sup>( Lei nº. 7.844 de 24 de agosto de 2004).

A preocupação coletiva com as questões públicas é apontada por parte das teorias sobre o associativismo como uma possível consequência de comunidades que exercitam um associativismo democrático. Putnam (1996) enfatiza a “comunidade cívica”, caracterizada por uma rica vida associativa e por um maior comprometimento da população com questões públicas, como um fator determinante para o melhor desempenho governamental (PUTNAM, 1996 *apud* LUCHMANN, 2014).

Ronaldo Lobão, professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense, em seu artigo intitulado “Quando as associações são voluntárias no Brasil? Uma discussão sobre novas formas de colonialização em reservas extrativistas”, põe em dúvida a competência cívica e a inculcação de valores cívicos como uma característica das associações modernas, quando afirma:

Não tenho elementos para julgar se tais princípios são verdadeiros e inerentes ao associativismo. Além de questões não resolvidas acerca das tensões entre o individualismo e o coletivismo, em uma sociedade na qual a cultura cívica não é partilhada com sentidos comuns, fica a pergunta sobre qual o sentido da competência a ser adquirida e que valores serão inculcados (LOBÃO, 2011, p. 222).

Desta forma, pode-se compreender, conforme já abordado por este trabalho, que não se pode generalizar conceitos sobre os princípios associativos. As Associações são muito heterogêneas, embora a perspectiva seja a de olhar para o caso analisado e promover reflexões acerca dos acontecimentos vivenciados na Associação pesquisada.

## **Considerações Finais**

Autores que trabalham a temática da “questão associativa”, como os mencionados neste trabalho, apontam características associativas ideais que deveriam estar ser encontradas nestes espaços coletivos:

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://premiodomluis.es.gov.br/ano-da-premiacao/2018>. Acesso em 15 jun 2019.

As associações seriam, ainda, meios de realização de autonomia pessoal, de espaços de reciprocidade, de sociabilidade e de solidariedade e de redes de acumulação de capital social. Elas tirariam os indivíduos de seu isolamento, expandindo seus horizontes de experiência, multiplicando as ocasiões de encontro (...). Num plano mais político, as associações seriam os lugares privilegiados de exercício da cidadania: elas inculcariam os saberes, as virtudes e as competências cívicas e moldariam os regimes de engajamento de cidadãos. (...). Elas seriam laboratórios da vida cívica e escolas de democracia deliberativa, lugares de formação em civismo e mediações da sociedade civil (CEFAI et al, 2011, p. 20).

Sugerem, contudo, que tais aspectos “devem ser colocados à prova da pesquisa, para se verificar empiricamente se elas são mais ou menos justas ou falsas” (Cefai et al, 2011, p. 20), conforme mencionado na introdução deste trabalho. Não somente esta pesquisa revela as características associativas desenvolvidas na AMOP no período das análises, mas também Sena (2014), em sua pesquisa sobre as redes da AMOP, conclui:

Na comunidade Palmeiras, as ações de solidariedade e de reciprocidade, sustentadas nas relações de parentesco e de vizinhança, ou seja, nos laços fortes, são comuns. No entanto, por intermédio da Associação de Moradores, fica claro o investimento, também realizado pela comunidade, para a criação, manutenção e ampliação dos laços fracos a partir das demandas comunitárias, incrementado assim as relações da comunidade numa perspectiva exógena ativa, isto é, ela não se coloca apenas como receptora das relações externas, mas, sim, como provocadora da criação de tais relações, afirmando, dessa forma, o seu ativo papel como ator estratégico local (SENA, 2014, p. 76).

Percebe-se, então, que os elementos fundamentais para o desenvolvimento das características associativas estavam presentes nos vínculos de proximidade entre os moradores de Palmeiras, muitos deles parentes uns dos outros; na prática da vida religiosa, no incentivo à união e à luta por melhorias para o povo, promovido pelo movimento das CEB's, que deixam marcas até os dias atuais; na participação social ativa realizada pelo engajamento, não só aos movimentos da igreja, mas também na prática do futebol, onde toda a comunidade – homens jogando, mulheres cozinhando os lanches e torcendo – tem participação, assim como nos eventos festivos de final de colheita; na identidade de agricultores familiares que os une, nos objetivos econômicos e de interesses de trabalho, pois possuem propriedades pequenas e com predominância da mesma produção: café e banana; e a preocupação com o seu lugar, com a preservação, especialmente da água, tão necessária para seu ofício de agricultores e para a vida de suas famílias.

As características ideais que o associativismo deveria gerar no entendimento de autores, como as relatadas na passagem acima por Cefai et al (2011), notaram-se durante a pesquisa na AMOP. Percebeu-se o importante papel da igreja católica

no desenvolvimento destes sentimentos de solidariedade, união e luta que foram e são importantes para os processos ocorridos em Palmeiras. Compreendeu-se, também, que os parceiros, estatais e não estatais, desde o início foram fundamentais para a AMOP, pois sem os incentivos legais, sem as emendas parlamentares, sem o apoio técnico, possivelmente, esta história teria um desfecho diferente.

Compreendeu-se, assim, que as redes de acumulação de capital social existentes na AMOP geram um engajamento cívico que é transportado para além dos limites da comunidade de Palmeiras. Chegam aos espaços de políticas públicas do município de Mimoso do Sul e são partilhados por tantas outras associações, grupos, indivíduos que buscam nesta Associação inspiração para realizações parecidas em outros lugares, instituições, municípios.

Sabe-se que a experiência local da AMOP ganha conhecimento em outros lugares e demonstra que é possível realizar um projeto melhor para viver, havendo, sobretudo, organização e união. Não se pode idealizar esta Associação, pois as condições materiais e estruturais foram indispensáveis para as transformações nela realizadas, conforme anteriormente relatado, mas não se pode deixar de considerar, guardadas as devidas proporções, que

Se recursos são transferidos, se avançam a luta e a organização popular, se se fragiliza o clientelismo, o resultado é, necessariamente, que se conquistam novas e importantes posições para golpear ainda mais duramente os mecanismos perversos através dos quais coalizões locais reproduzem seu poder. Ações particulares também devem ser desenvolvidas, na esfera regional (...), nacional e internacional, para criar alternativas de alianças e acordos de cooperação que favoreçam a coalizão popular e o fortalecimento de seu projeto em detrimento da velha coalizão dominante (VAINER, 2002, p. 150).

Assim, afirma-se que as experiências vividas por esta Associação geram inspiração. Espera-se que este trabalho tenha colaborado para reflexões sobre o associativismo e sobre o desenvolvimento de processos de engajamento coletivo no meio acadêmico, semeando novos olhares sobre estes processos.

## Referências

- ALMEIDA, Ronaldo de. **Estudo de caso: foco temático e diversidade metodológica**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016, p. 60-72.
- ALONSO, Angela. **Métodos qualitativos da pesquisa: uma introdução**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016, p. 08-23.
- BORJA, J. e CASTELLS, M. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. México: Taurus, 2000. (INTRODUCCIÓN GENERAL, Cap. 1 y 2)
- BOURDIEU, PIERRE. **Escritos de Educação**. MARIA ALICE NOGUEIRA E AFRÂNIO CATANI (Orgs.). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- CABRAL, E. S.; MORAES, J. G.; ALVES, J.N.; PAIVA, J. C. A.; MARINHO, M. T. M.; SOBREIRA, R. R. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural: Planejamento 2015-2018**. ELDR Mimoso do Sul: INCAPER, 2014.
- CEFAI, D.; MELLO, M. A. S.; MOTA, F. R.; VEIGA, e F. B. (orgs). **Arenas Públicas. Por uma etnografia da vida associativa**. Niterói: Ed. Da Universidade Federal Fluminense, 2011.
- ESCOBAR, Arturo. **O lugar na natureza e a natureza do lugar: globalização ou pósdesenvolvimento?** In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LÜCHMANN, Lígia Helena H. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 29. Nº 85. São Paulo, 2014.
- SENA, Luciene Sales. **Contribuições da Análise de Redes Sociais para a Gestão do Desenvolvimento Local: o caso da Comunidade de Palmeiras – Mimoso do Sul – ES – Dissertação (mestrado)**. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Administração, Salvador, 2014.
- TELLES, Vera. **Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos**. In: VILLAS – BÔAS, Renata, org. "Participação Popular nos governos locais". São Paulo: POLIS, 1994.
- VAINER, C. **As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?** Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro: 140-151 p. 2001.
- ZHOURI e OLIVEIRA. **"Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização."** In: ZHOURI e LASCHEFSKI. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. pp. 439-462.